ouro branco

giles milton

Tradução de Sónia Maia

DESASSOSSEGO
LIVROS PARA PENSAR

Para Barbara e Wolfram

Domina, Grã-Bretanha, domina as ondas.
Os bretões nunca serão escravos.

James Thomson, *Rule, Britannia!*
(início do século XVIII)

Fomos obrigados a puxar carrinhos de mão cheios de chumbo com cordas aos ombros... [e] carregámos grandes barras de ferro sobre os ombros. Acredito que todos os cristãos se esqueceram de nós em Inglaterra, porque não nos mandaram qualquer auxílio... desde que fomos feitos escravos.

John Willdon, escravo britânico
(início do século XVIII)

ÍNDICE

Agradecimentos 13

Prólogo 15

1 ◆ Um Inimigo Novo e Mortal 23

2 ◆ Sultão de Escravos 40

3 ◆ Capturado no Mar 58

4 ◆ Os Tormentos de Pellow 76

5 ◆ Nas Masmorras dos Escravos 91

6 ◆ Guardando as Concubinas 107

7 ◆ Rebeldes no Alto Atlas 124

8 ◆ Tornado Turco 146

9 ◆ Na Corte do *Mulei* Ismail 159

10 ◆ Fuga ou Morte 179

11 ◆ Rivais de Sangue 196

12 ◆ O Longo Caminho para Casa 217

Epílogo 239

Notas e fontes 249

AGRADECIMENTOS

O meu fascínio pela história da escravatura branca começou há mais de uma década, quando estive em Marrocos com o falecido (e esplendidamente excêntrico) Clive Chandler. O refúgio campestre de Clive, em Dar Zitoun, situava-se no coração da medina da aldeia medieval de Azamor. Uma antiga mansão portuguesa a desmoronar-se — restaurada com amor — estava empoleirada num terreno alto, acima do grande rio Oum er Rbia. Em tempos fora a residência de um paxá local: havia quem gracejasse que ainda ali vivia um paxá.

Eu telefonara a Clive, perguntando-lhe como encontrar o local. «Segue o asfalto» fora a sua resposta críptica. Quando cheguei vi que fazia todo o sentido. O presidente da câmara local mandara cobrir com uma camada de asfalto as vielas poeirentas que levavam à porta da frente, com apliques de ferro, da casa de Clive. Fizera-o para honrar um inglês típico — o primeiro a instalar-se naquele fim de mundo.

A coleção de Clive de livros antigos abriu-me os olhos para um período extraordinariamente interessante da história de Marrocos, enquanto o seu entusiasmo pelo país que adotara não tardou a tornar-se contagioso.

— Olha — disse ele uma noite, abrindo umas cortinas no átrio revestido a azulejos. — Não há muitas pessoas que tenham um mouro santo sepultado em sua casa.

A generosidade e a hospitalidade de Clive alargou-se a cinco viagens memoráveis a Marrocos. Gim tónico ao pôr do sol, discursos de Churchill a tocar no gramofone e o som distante de Bou'chaib, *cuisinier extraordinaire*, a picar hortelã fresca na cozinha. Dar Zitoun era outro mundo.

Nem toda a investigação para *Ouro Branco* foi realizada num ambiente tão agradável. A cada viagem a Marrocos seguiram-se vários meses passados em bibliotecas públicas, onde, lentamente, descobri um manancial de cartas originais, diários e documentos.

Estou especialmente grato aos funcionários dos Arquivos Nacionais, em Kew — que albergam muita correspondência original —, e aos prestáveis bibliotecários da Sala de Leitura de Livros Raros da Biblioteca Britânica. Quero também agradecer aos funcionários do Instituto de Investigação Histórica da Biblioteca do Médio Oriente, no St. Anthony's College, em Oxford, e à Cornish Studies Library.

Devo ainda um agradecimento a Christopher Phipps e à soberba equipa da Biblioteca de Londres, onde foi escrita grande parte deste livro.

Obrigado também a Jessica Francis Kane, da América, por encontrar um exemplar de *Narrative*, de Joshua Gee.

Estou imensamente grato a todos na Hodder & Stoughton, especialmente ao meu editor, Roland Phillips, e a Lizzie Dipple; a Juliet Brightmore, Karen Geary, Celia Levett e Briar Silich.

Muito obrigado também à minha agente Maggie Noach e a Jill Hughes e Camilla Adeane.

Devo um agradecimento especial a Paul Whyles por ter lido o manuscrito em cima da hora e ter sugerido alterações muito necessárias. O meu obrigado, igualmente, a Frank Barrett e a Wendy Driver.

Finalmente, um enorme obrigado às quatro mulheres da minha vida — à Alexandra por todo o seu incentivo e apoio, incluindo muitos serões passados a traduzir documentos franceses do século XVIII, e ao trio entusiástico Madeleine, Heloïse e Aurélia.

PRÓLOGO

O estrépito de um coche quebrou o silêncio. Estava oculto da vista pelas ameias altaneiras, mas ouvia-se a guinchar e a trovejar pelos jardins do palácio. Quando passou pela Porta dos Ventos houve um ruído abafado de passos e rodas.

No terreno da parada cerimonial ninguém se mexia. A guarda imperial vigiava rigidamente, com as suas cimitarras damascenas a brilhar à luz do sol. Os cortesãos jaziam prostrados a seu lado, com os mantos teatralmente abertos sobre o mármore. Apenas o vizir, a escaldar sob a sua capa de pele de leopardo, se atreveu a limpar as gotas de suor que lhe perlavam a testa.

A imobilidade intensificou-se à medida que o coche se aproximava. De além do pátio ouviu-se um grito furioso, seguido do estalar de um chicote. O alarido cresceu subitamente, ecoando através dos pátios e corredores do palácio. Segundos depois, o sultão *mulei* Ismail de Marrocos entrou no terreno da parada no seu coche dourado, puxado não por cavalos mas por um grupo de esposas e eunucos com arreios.

Este infeliz grupo cambaleou até aos cortesãos reunidos antes de as suas rédeas afrouxarem. Quando o sultão saltou do coche, dois negros esculturais entraram em ação. Um deles enxotou as moscas de perto do corpo sagrado do *mulei* Ismail, sem parar de murmurar palavras respeitosas. O outro, um jovem de catorze ou quinze anos, cobriu o sultão com um rodopiante guarda-sol de chita.

Tal era o ritual habitualmente praticado numa audiência com o grande *mulei* Ismail, que exigia deferência absoluta aos seus súbditos e era escrupuloso quanto à observância do protocolo. Mas, numa manhã escaldante do verão de 1716, o sultão mal reparou nos cortesãos que rastejavam no pó. Em vez disso, os seus olhos dirigiram-se para um conjunto de europeus

miseráveis agrupados no canto mais afastado da praça. Cinquenta e dois ingleses, feridos e descalços, estavam em pé, numa perplexidade muda. Capturados no mar pelos corsários da Barbária e levados a pé, por terra, até à capital imperial de Marrocos, estavam prestes a ser vendidos como escravos.

A sua história causaria escândalo e horror no seu país natal; exporia também a completa impotência tanto do governo britânico como da sua Marinha. Contudo, a captura destes homens não era única nem invulgar — há mais de um século que o tráfico de escravos brancos vindos da Europa e da América do Norte colonial destruía famílias e desgraçava vidas inocentes.

Um dos homens recém-capturados — o capitão John Pellow, do *Francis* — fora avisado dos perigos da sua viagem comercial ao Mediterrâneo. Porém, desprezara o risco com uma bravata que lhe era caraterística, viajando da Cornualha para Génova no verão de 1715. A tripulação de seis homens incluía o seu jovem sobrinho, Thomas Pellow, que tinha apenas onze anos quando se despedira da mãe, do pai e das duas irmãs. Passariam muitos anos até que os pais recebessem notícias do seu desafortunado filho.

Dois outros barcos tinham sido capturados no mesmo dia. O capitão Richard Ferris, do *Southwark*, tentara salvar a tripulação do *Francis*, mas fora também capturado pelos corsários. O mesmo acontecera ao barco *George*, que estava a fazer a viagem de regresso a Inglaterra. As tripulações aterrorizadas destas três embarcações estavam agora, lado a lado, no pátio do palácio.

— *Bono, bono* — gritou o jovial sultão, inspecionando os escravos. Percorreu a fila de homens, apalpando-lhes os músculos e examinando-lhes o físico. Os prisioneiros ainda estavam tontos devido ao tratamento que haviam recebido à chegada à cidade imperial de Meknès. Uma multidão de cidadãos tinha-se reunido às portas do palácio para os maltratar, «dirigindo-nos os insultos mais vis (…) e desferindo-nos muitos e violentos murros».

O sultão, abstraído dos medos e temores daqueles homens, estava deliciado ao ver que aqueles intrépidos marinheiros estavam em boa forma e ao constatar que poderia esperar deles muitos anos de serviço. Parou por um momento ao avaliar o jovem Thomas Pellow. Algo na postura destemida daquele rapaz intrigou o sultão. Murmurou algumas palavras aos seus guardas, após o que o jovem Pellow foi agarrado e afastado para o lado.

Enquanto o resto dos homens era levado dali por um condutor de

escravos negro, Pellow rezou para que aquele pesadelo acabasse depressa. Na verdade, estava a iniciar vinte e três anos de cativeiro como um dos esquecidos escravos brancos do Norte de África.

VIAJEI PARA MEKNÈS NA PRIMAVERA DE 1992, QUANDO O VALE de Boufekrane estava atapetado de hortelã selvagem e o pequeno rio quase transbordava de água gelada. O meu companheiro de viagem pertencia a outro mundo — era um padre do século XVIII, cujo relato colorido descrevia a cidade no seu apogeu. O seu duodécimo volume — encadernado, apropriadamente, em marroquim trabalhado — evocava uma cidade de grandiosidade sem paralelo. Mas revelava também uma história bem mais negra e sinistra.

Quando o meu padre aqui esteve, o palácio imperial de Meknès era o maior edifício do hemisfério norte. As suas muralhas com ameias estendiam-se por vários quilómetros, contendo montes e prados, pomares e jardins de lazer, erguendo-se, banhadas pelo sol, muito acima do vale do rio. Esta fortaleza impenetrável fora concebida para resistir ao exército mais poderoso da Terra. Cada uma das suas portas estava protegida por uma divisão de elite negra da guarda imperial.

O palácio do sultão fora construído numa escala tão grandiosa que ficou conhecido simplesmente como Dar Kbira, «O Grande». Mas Dar Kbira era apenas uma parte de um enorme complexo. Havia mais 50 palácios, todos interligados, onde se alojavam as 2000 concubinas do sultão. Havia mesquitas e minaretes, pátios e pavilhões. Os estábulos do palácio eram do tamanho de uma grande cidade e as camaratas albergavam mais de 10.000 soldados de infantaria. No cada vez maior Dar el Makhzen — outro enorme palácio-cidade —, vizires e eunucos intriguistas mantinham as suas cortes. Os famosos jardins suspensos, perpetuamente em flor, rivalizavam com a fantasia de Nebuchadnezzar, na Babilónia.

O meu padre nunca vira algo assim e regressou a casa com histórias de portas de bronze gravadas com arabescos fantásticos e colunas de pórfiro que cintilavam ao sol. Os mosaicos do pátio estavam dispostos com uma perfeição geométrica — uma combinação estonteante de cobalto e branco. Havia lajes de jaspe e mármore de Carrara, damascos caros e cavalos ricamente adornados. O mais extraordinário de tudo era o estuque mourisco — cinzelado e esculpido em intricadas formas alveolares, parecia escorrer das cúpulas como estalactites brancas de neve.

Cada centímetro de parede, cada nicho e arco, estava requintadamente ornamentado. O trabalho em vidro era também belíssimo. Fragmentos de azul-celeste, escarlate e verde-mar formavam desenhos que captavam e refletiam a brilhante luz do sol africano. Nas horas antes do crepúsculo espalhavam hexágonos de cor sobre o pavimento em quadrados de mármore.

As portas do palácio estavam ornadas com o símbolo do Sol, convidando os visitantes a interrogar-se se o sultão estaria a tentar ultrapassar o seu contemporâneo francês, Luís XIV, o *Rei-Sol*. Na verdade, o megalómano sultão tencionava construir a uma escala muito maior do que a do recentemente erigido palácio de Versalhes. A sua ideia era que o seu palácio se estendesse de Meknès a Marraquexe, uma distância de 480 quilómetros.

Três séculos de sol e chuva não foram clementes com esse grande palácio, feito de argila, uma mistura de terra e cal. Os ventos das montanhas do Atlas arruinaram os muros cor-de-rosa, reduzindo-os, nalguns locais, a um monte de pó. Há arcos partidos no chão e torres que a erosão transformou em cepos. O terramoto de 1755 foi o que causou mais devastação: o tecido do grande palácio tremeu, grunhiu e expirou. O que levara décadas a construir foi derrubado em minutos. Os tetos de cedro foram arrancados das vigas, e o estuque desfez-se e caiu. Quarteirões inteiros do palácio tombaram sobre si mesmos, esmagando mobília e antiguidades. A corte fugiu em pânico e nunca mais voltou. A casca imperial fendida, reduzida a uma lamentável miscelânea de aposentos sem teto, não tardou a ser colonizada pelos pobres e miseráveis de Meknès.

Entrei na cidade pela Bab Mansour, a maior de todas as portas cerimoniais de Meknès. Era a entrada para um mundo de gigantes, onde muralhas se agigantavam sobre palmeiras e os pátios eram imensos como o céu. Uma segunda porta levava a uma terceira, que desembocava numa série de ruelas. Estas passagens labirínticas, engrinaldadas com fios telefónicos e cabos, fizeram-me mergulhar no coração do palácio. Ainda hoje vivem pessoas — na verdade, famílias inteiras — nas ruínas do Dar Kbira. Foram escavadas portas nas paredes e conquistaram-se janelas à argila. Antigos aposentos transformaram-se em quartos modernos, enquanto os pátios estão juncados de pedaços de mármore.

Passei por uma fenda na muralha e encontrei-me numa nova amálgama de ruínas. Uma coluna de pórfiro despedaçada jazia meio enterrada em entulho, deitada fora com indiferença como lixo doméstico. Um ornato em forma de acanto denunciava o seu passado romano, pilhado da vizinha cidade em ruínas de Volubulis.

Perguntei-me se este quarteirão perdido teria sido, um dia, o harém proibido, cujo teto de espelho era sustentado por colunas iguais àquela. Cronistas árabes falam de riachos de cristal e de fontes borbulhantes, assim como de bacias de mármore esculpidas cheias de peixes de cores vivas. Detendo-me por um momento naquele espaço sem teto, apanhei um punhado de terra fresca. Quando o pó me escorreu por entre os dedos, a minha mão reteve um resíduo precioso: fragmentos de mosaicos numa miríade de formas — em estrela, oblongos, quadrados e em forma de diamante.

A acreditar no meu padre, aqueles pequenos pedaços eram provas de um dos capítulos mais negros da história da humanidade. Cada mosaico vitrificado à mão daquele palácio monumental, cada coluna partida e cada muralha haviam sido construídos e moldados por um exército de escravos cristãos. Vergastados por negros condutores de escravos e mantidos em masmorras asquerosas, esses prisioneiros abjetos eram obrigados a trabalhar no que o sultão pretendia que fosse o maior projeto de construção do mundo conhecido. Dizia-se que os escravos masculinos do *mulei* Ismail trabalhavam 15 horas por dia e muitas vezes eram forçados a trabalhar também de noite. As prisioneiras femininas eram ainda mais infelizes. Arrastadas para o harém e convertidas à força ao Islão, tinham a duvidosa honra de satisfazer os caprichos sexuais do sultão.

Marrocos não era o único lugar no Norte de África onde existiam prisioneiros brancos mantidos como escravos. Argel, Tunes e Trípoli também tinham florescentes leilões de escravos, onde milhares de prisioneiros eram avaliados e depois vendidos a quem mais desse por eles. Esses desgraçados, homens, mulheres e crianças, vinham da Europa — de terras tão longínquas como a Islândia, a Grécia, a Suécia e Espanha. Muitos tinham sido capturados no mar pelos infames corsários da Barbária. Muitos outros tinham sido arrancados às suas casas em ataques-surpresa.

Passariam quase seis anos até eu começar a procurar registos escritos dos escravos da Barbária. Presumira que tais arquivos — se alguma vez tivessem existido — teriam desaparecido há muito. Mas, gradualmente, tornou-se evidente que muitas cartas e diários tinham sobrevivido. Havia descrições lamentosas do suplício do trabalho escravo e relatos arrepiantes de audiências com o sultão marroquino. Havia recordações angustiadas do humor macabro dos mercadores de escravos e petições de «viúvas de escravos» que imploravam misericórdia e ajuda. Encontrei até missivas escritas pelo próprio sultão — opúsculos grandiloquentes exigindo que os reis da Grã-Bretanha e de França se convertessem ao Islão.

Muitos destes depoimentos só existiam em manuscritos. O extraordinário diário de John Whitehead, um escravo britânico em Meknès, ainda hoje não foi publicado. Outros foram impressos em quantidades tão pequenas que só um punhado de exemplares sobreviveu. Um volume muito raro do padre francês Jean de la Faye apareceu no St. Anthony's College, em Oxford.

Os testemunhos mais fascinantes eram os escritos pelos próprios escravos. A história do tráfico de escravos brancos é a de indivíduos apanhados num pesadelo muito para lá do seu controlo. A maioria acabou os seus dias num cativeiro diabólico, mas uns poucos felizardos conseguiram fugir às garras dos seus donos. Aqueles que voltaram às suas terras natais encontravam-se, invariavelmente, na miséria. Uma das formas que acharam para restaurar as suas fortunas foi publicar as suas histórias, na esperança de ganharem alguns xelins.

Os escravos brancos que sobreviveram à sua provação emergiam sempre do cárcere em choque profundo. Escrever ajudava-os a enfrentar o passado e a reintegrar-se numa sociedade que tinham julgado nunca mais voltar a ver. Todos os que registaram as suas histórias tinham passado por experiências duras e pungentes, e deixaram relatos que ainda hoje têm o poder de comover profundamente. Raramente são uma leitura agradável, mas são iluminados por clarões de heroísmo e altruísmo. Um toque de bondade de um guarda de escravos; o abraço caloroso de um padre. Gestos como estes recordavam aos prisioneiros que ainda faziam parte da humanidade.

Uma das histórias mais impressionantes do tráfico de escravos brancos gira à volta de Thomas Pellow e dos seus cotripulantes do *Francis*. Pellow testemunharia o esplendor bárbaro da corte imperial do sultão *mulei* Ismail e sofreria, diretamente, a crueldade deste astuto e terrível governante. Mas a sua história revelar-se-ia muito mais extraordinária do que a de um mero observador de acontecimentos. Como escravo pessoal do sultão, Pellow foi, involuntariamente, atirado para o centro das intrigas da corte. Nomeado guardião do harém imperial, conduziria também soldados escravos para batalhas e participaria numa perigosa expedição de recolha de escravos à África equatorial. Seria torturado e obrigado a converter-se ao Islão. Tentaria fugir três vezes e seria condenado à morte por duas vezes.

A história de Pellow está repleta de personagens peculiares. Escreve sobre eunucos vigorosos e condutores de escravos brutais, carrascos imperiais e piratas abomináveis. No coração da sua história está a figura

imponente do sultão *mulei* Ismail, que, no decurso do seu longo reinado, se tornou cada vez mais obcecado pelo seu opulento palácio de fantasia.

Há muito que se acreditava que *Adventures*, de Pellow — adaptado para publicação por um editor de Grub Street —, se afastava bastante da realidade. Mas é agora evidente que isso não é verdade. Os primeiros capítulos são confirmados por cartas escritas pelos seus companheiros de navegação, enquanto os últimos anos condizem com relatos redigidos por cônsules europeus que o conheceram em Marrocos. Também existem registos árabes que sustentam a sua versão dos acontecimentos. O recém-traduzido *Chronicles*, de Muhammad al-Qadiri, revela que a narração, por Pellow, da guerra civil marroquina é notavelmente exata. As suas revelações sobre a vida em Meknès também se coadunam com fontes marroquinas. Tanto Ahmed ez-Zayyani como Ahmad bin Khalid al-Nasiri traçam um retrato incrivelmente semelhante da vida na capital imperial.

Thomas Pellow e os seus cotripulantes foram capturados numa época em que a população escrava do Norte de África tinha diminuído, mas as condições em que vivia em nada tinham melhorado. A sua prisão coincidiu com um dos últimos grandes fluxos de tráfico de escravos, quando praticamente todos os países da Europa estavam a ser atacados. Mas a história do tráfico de escravos brancos começa quase noventa anos antes, quando os corsários da Barbária lançaram uma série de ataques espetaculares precisamente no centro da cristandade.

1

Um Inimigo Novo e Mortal

O pálido céu da madrugada não dava qualquer indício do terror iminente. Uma névoa marítima pairava, baixa, no ar, velando o horizonte com um manto húmido e diáfano. Permitiu à poderosa frota entrar silenciosamente no canal da Mancha, sem ser notada pelos carregadores e pescadores da costa sudoeste da Cornualha.

O primeiro vigia a avistar os navios ficou perplexo. Não era a época de regresso da frota pesqueira da Terra Nova, nem era esperada qualquer flotilha estrangeira naquelas águas. Quando o nevoeiro levantou e o céu de verão clareou, tornou-se evidente que os misteriosos barcos não vinham em paz. As bandeiras nos seus mastros principais representavam um crânio humano em fundo verde-escuro — o símbolo ameaçador de um novo e terrível inimigo. Era a terceira semana de julho de 1625 e a Inglaterra estava prestes a ser atacada pelos corsários islâmicos da Barbária.

A notícia da chegada da frota propagou-se rapidamente ao longo da costa até chegar à base naval de Plymouth. Um mensageiro ofegante irrompeu pelo gabinete de James Bagg, vice-almirante da Cornualha, com a informação chocante da chegada de navios inimigos. Havia, pelo menos, «20 veleiros a chegar à costa», talvez muitos mais, e estavam armados e prontos para a luta.

Bagg ficou horrorizado com o que ouviu. Nas semanas anteriores recebera inúmeras queixas acerca de ataques a barcos de pesca da Cornualha.

Os presidentes das câmaras locais haviam-lhe enviado uma torrente de cartas, dando-lhe conhecimento da «opressão diária» que enfrentavam perante um inimigo pouco conhecido. Agora, esse inimigo parecia estar a preparar um golpe muito mais devastador na costa sul de Inglaterra.

Bagg escreveu uma carta urgente ao lorde alto-almirante, em Londres, pedindo navios de guerra para fazer face à ameaça. Mas era demasiado tarde para se fazer alguma coisa. Poucos dias depois de terem sido avistados, os corsários começaram a lançar o caos, fazendo ataques-relâmpago nos portos marítimos mais vulneráveis e desprotegidos. Desembarcaram em Mount's Bay, no sul da costa da Cornualha, enquanto os aldeões estavam numa oração comunitária. Vestidos com jelabas[1] mouriscas e brandindo cimitarras damascenas, constituíam uma visão pavorosa ao invadirem a igreja da paróquia. Mais tarde, um prisioneiro inglês descreveria os corsários como «criaturas horrendas e desumanas» que despertavam o temor de Deus em quem as visse. «Com as cabeças rapadas e os braços quase nus, aterrorizaram-me terrivelmente.» Foram implacáveis na forma como trataram a infeliz congregação de Mount's Bay. Segundo uma testemunha ocular, 60 homens, mulheres e crianças foram arrastados da igreja e levados para os barcos dos corsários.

O porto pesqueiro de Looe também foi assaltado. Os guerreiros encheram as ruas empedradas e arrombaram casas e tabernas. Para sua fúria, descobriram que os aldeões tinham sido avisados da sua chegada e que muitos tinham fugido para os pomares e prados das imediações. Ainda assim, os corsários conseguiram capturar 80 marinheiros e pescadores. Esses desafortunados indivíduos foram levados, acorrentados, e depois Looe foi incendiada por vingança. O presidente da câmara de Plymouth informou o Conselho Privado do rei da triste notícia, acrescentando que os corsários saqueavam regularmente a linha costeira naquela zona. Segundo ele, o Sudoeste do país perdera «27 navios e 200 pessoas tinham sido raptadas».

Mais alarmante ainda era a notícia — transmitida pelo presidente da câmara de Bristol — de que uma segunda frota de corsários da Barbária tinha sido avistada nas águas picadas ao largo da costa norte da Cornualha. As suas tripulações tinham levado a cabo um golpe espetacular e inquietante: haviam capturado a ilha Lundy, no canal de Bristol, e erguido a bandeira do Islão. Aquela era, agora, a sua base fortificada, a partir da qual atacavam as aldeias desprotegidas do norte da Cornualha. Tinham «capturado várias

[1] Manto ou vestido unissexo longo e solto com mangas compridas usado na região do Magrebe. (N. de T.)

pessoas em volta de Padstow» e ameaçavam saquear e incendiar a cidade de Ilfracombe.

Estes ataques em duas frentes apanharam o Sudoeste do país completamente desprevenido. O duque de Buckingham mandou para Devon o lobo do mar veterano Francis Stuart, com ordens para arrancar pela raiz e destruir aquele novo e ameaçador inimigo. Mas Stuart ficou consternado ao descobrir que «são melhores marinheiros do que os ingleses». A sua carta ao duque, admitindo a derrota, expressava o seu medo de que o pior ainda estivesse para vir. «Parece-me que estes piratas nunca deixarão de cobiçar as nossas costas, e será dispendioso e difícil ao Estado livrar-se deles.» A longa linha de costa tinha poucas defesas para deter os corsários norte-africanos, que perceberam que podiam pilhar impunemente. Dia após dia atacavam comunidades piscatórias desarmadas, capturando os habitantes e queimando-lhes as casas. No final do terrível verão de 1625, o presidente da câmara de Plymouth calculou que teriam sido destruídos mil barcos e que um número equivalente de aldeões haviam sido levados para a escravatura.

ESSES PRISIONEIROS MISERÁVEIS FORAM LEVADOS PARA SALÉ, na costa atlântica de Marrocos. Este porto varrido pelo vento ocupava uma posição dominante na margem norte do estuário do grande rio Bou Regreg. Os muros maciços da sua cidade eram visíveis de longe no mar, e as suas muralhas com torreões e minaretes esmaltados a verde cintilavam ao sol norte-africano.

Poucas décadas antes, estes pontos de referência tinham sido uma visão de boas-vindas para os mercadores marítimos ingleses. Isabelinos de golas tufadas e rendadas tinham vindo a Salé trocar prata e lã por produtos exóticos, trazidos pelas caravanas do deserto dos trópicos escaldantes da África equatorial. Nos *souks* e nas vielas apinhadas tinham ombreado e negociado com comerciantes mouros vestidos com jelaba*s* largas. Depois de muito regatear e discutir, carregavam as suas embarcações com marfim e peles, cera, açúcar e âmbar, assim como com o fragrante mel de Meknès, famoso em toda a Europa.

Na margem sul do estuário, mesmo em frente de Salé, situava-se a antiga cidade de Rabat. Também esta fora uma «grande e famosa cidade», com belos palácios e uma extraordinária mesquita do século XII. Mas Rabat entrara numa lenta decadência. No início do século XVII mal era habitada e

a maior parte das casas tinha sido abandonada. «Era bastante desoladora», escreveu um visitante inglês anónimo, «abandonada pelos árabes por causa dos animais selvagens».

Rabat teria caído na ruína completa se não fosse por uma circunstância inesperada. Em 1610, o rei Filipe III de Espanha expulsou um milhão de mouros espanhóis das suas terras — o último capítulo da reconquista do Sul de Espanha aos infiéis. Embora esses mouros vivessem em Espanha há várias gerações, e muitos fossem miscigenados, não lhes foi dado qualquer direito de recurso.

Um dos mais empreendedores desses grupos de emigrantes era conhecido como «os *hornacheros*» devido ao nome da aldeia andaluza onde tinham vivido. Selvagens e ferozmente independentes, pilhavam sem escrúpulos. Um inglês descrevê-los-ia mais tarde como «um povo maldoso para todas as nações», e até os seus compatriotas mouros os viam como ladrões e salteadores.

Expulso do seu reduto montanhoso em Espanha, este clã altivo de 4000 homens e mulheres virou-se para a povoação arruinada de Rabat. Restauraram o *kasbah*, ou fortaleza, e adaptaram-se com notável facilidade à sua nova pátria, que renomearam como Nova Salé. Porém, mantiveram um profundo ressentimento contra Espanha e juraram fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para se vingarem. Para tanto começaram a fazer alianças com piratas de Argel e de Tunes, que andavam a atacar barcos cristãos no Mediterrâneo há mais de um século. Em poucos anos, centenas de assassinos e facínoras — alguns deles europeus — começaram a convergir em Nova Salé para treinar os *hornacheros* nas artes negras da pirataria.

Os *hornacheros* e o seu bando de apóstatas eram uma força de combate formidável. Este bando altamente disciplinado tornou-se conhecido em Inglaterra como Sallee Rovers. Mas os seus irmãos islâmicos chamavam-lhes *al-ghuzat*, um título antigamente usado para designar os soldados que lutavam com o profeta Maomé e que eram aclamados como guerreiros religiosos envolvidos numa guerra santa contra os cristãos infiéis. «Vivem em Salé e a sua jiade marítima é agora famosa», escreveu o cronista árabe al-Magiri. «Fortificaram Salé e construíram aí palácios, casas e banhos públicos.»

Os corsários de Salé rapidamente aprenderam a tripular veleiros, o que lhes permitiu estender os seus ataques até ao Atlântico Norte, e depressa reuniram uma frota de 40 navios. Saqueavam com vontade, atacando

aldeias e portos marítimos ao longo das costas de Espanha, Portugal, França e Inglaterra. Um corsário de Salé, Amurates Rayobi, conduziu mais de 10.000 guerreiros até Espanha e assaltou a linha de costa sem piedade. Tal êxito encorajou os seus correligionários por toda a Barbária. Os *al-ghuzat* de Argel escolhiam como alvo embarcações mercantes vulneráveis, de passagem pelo estreito de Gibraltar. Tiveram a sorte de os seus ataques coincidirem com o início da era mercantil, em que havia saques abundantes à sua espera em mar aberto. Entre 1609 e 1616 capturaram uns espantosos 466 navios mercantes ingleses.

Reis e ministros de toda a Europa estavam paralisados, sentindo-se impotentes. Sir Francis Cottingham, um dos escrivães do conselho do rei Jaime I, lamentou-se de que «a força e a ousadia dos piratas da Barbária cresceu a um tal ponto (…) que nunca vi nada causar mais tristeza e perturbação nesta corte do que as notícias diárias que deles nos chegam».

A falta de uma defesa coordenada encorajou os Sallee Rovers a alargarem os seus ataques. Um dos mais infames capitães apóstatas de Salé, Jan Janszoon, *o Holandês*, riu-se com desprezo da facilidade com que conseguia capturar navios europeus. Conhecido pelos seus camaradas como Murad Rais, troçara pela primeira vez das defesas do canal em 1622, quando navegara até à Zelândia para visitar a mulher, de quem estava separado. Poucos anos depois embarcou numa notável viagem de pilhagem à Islândia. A sua frota de três navios lançou âncora em Reiquiavique, onde Murad conduziu os seus homens até terra e assaltou a cidade. Voltou a Salé em triunfo, com 400 escravos islandeses — homens, mulheres e crianças.

Também o País de Gales foi atingido em várias ocasiões, enquanto as frotas pesqueiras dos bancos da Terra Nova sofreram vários ataques devastadores. Em 1631, Murad Rais começou a cobiçar as ricamente povoadas costas do Sul da Irlanda. Congregou uma força de 200 soldados islâmicos e navegaram até à povoação de Baltimore, saltando para terra de espadas em riste e apanhando os aldeões totalmente de surpresa. Capturou 237 homens, mulheres e crianças e levou-os para Argel, onde sabia que os venderia por bom preço. O padre francês Pierre Dan estava na cidade nessa altura e as autoridades deram-lhe autorização para atender às necessidades espirituais dos seus correligionários escravizados, tendo testemunhado a venda dos novos prisioneiros num leilão de escravos. «Fazia pena vê-los expostos no mercado», escreveu. «As mulheres estavam separadas dos maridos e os filhos dos pais.» Dan observou, impotente, enquanto «de um lado era vendido um marido; do outro, a sua

mulher; e a filha de ambos foi-lhes arrancada dos braços sem a esperança de algum dia voltarem a ver-se».

A bravata de Murad Rais era festejada em Marrocos, e foi-lhe concedida a rara honra de ser nomeado governador do porto de Safi, cerca de 480 quilómetros a sul de Salé. A filha visitou-o pouco depois e descobriu que o poder lhe subira à cabeça. Estava «sentado, com grande pompa, num tapete, com almofadas de seda e rodeado de criados». Quando saiu foi «com uma postura real».

Murad Rais foi apenas um dos muitos apóstatas europeus que fizeram alianças com os corsários fanáticos da Barbária. O apóstata inglês John Ward foi para Tunes pouco depois de o rei Jaime I ter assinado um tratado de paz com Espanha. Proibido de atacar a frota do tesouro espanhol, Ward jurou «tornar-se inimigo de todos os cristãos, perseguir o seu comércio e contribuir para o seu empobrecimento». Ele e a sua tripulação, recrutada localmente, causaram um tal caos no Mediterrâneo que o seu nome foi celebrado ao longo de toda a costa.

Isto agradou tanto ao governante de Tunes que deu a Ward um castelo abandonado e uma grande extensão de terreno. Ward estabeleceu aí a sua residência principal, «uma casa muito majestosa, muito mais apropriada para um príncipe do que para um pirata». Segundo Andrew Barker, um dos seus prisioneiros ingleses, vivia de uma forma «principesca e magnificente». Barker ficou estupefacto com a riqueza que Ward acumulara e disse nunca ter visto «nenhum nobre em Inglaterra assumir a sua posição com mais dignidade, nem ter empregados mais atenciosos».

Como muitos apóstatas cristãos, Ward virara-se, originalmente, para a pirataria com o intuito de roubar tesouros. Mas depressa percebeu que os mercadores da Barbária estavam mais interessados em saques humanos e que pagariam largas quantias para adquirirem escravos cristãos como trabalhadores, criados domésticos e concubinas. Ward começou a concentrar-se em capturar as tripulações dos navios, que eram levadas para Tunes, Argel ou Salé a fim de serem vendidas nos mercados de escravos.

Os Sallee Rovers eram especialmente bem-sucedidos na captura de homens, mulheres e crianças, e tornaram-se fabulosamente ricos e poderosos devido ao tráfico de prisioneiros cristãos. Por volta de 1626 — o ano após os seus ataques à Cornualha e a Devon — deixaram totalmente de fingir lealdade ao sultão de Marrocos e declararam a sua intenção de se autogovernarem. «Resolveram viver livres», escreveu o escravo francês Germain Mouette. «Sendo mais numerosos do que os nativos de Salé, já não tinham

de obedecer a qualquer soberano.» Salé tornou-se numa república-pirata e daí em diante foi governada por um conselho privado de 12 pessoas — corsários traficantes de escravos —, supervisionados por um grande almirante.

POUCOS EM INGLATERRA TINHAM ALGUM INDÍCIO DO DESTINO dos prisioneiros capturados pelos corsários. Desapareciam sem deixar rasto e da maioria nunca mais se ouviu falar. Mas um deles conseguiu fazer chegar uma carta a Inglaterra. Robert Adams, capturado na primeira onda de ataques da década de 1620, conseguiu mandar notícias aos seus pais, no Sudoeste do país. «Queridos pai e mãe», escreveu, «(…) estou aqui em Salé, num cativeiro miserável, nas mãos dos mais cruéis tiranos.» Explicou que fora vendido no mercado de escravos pouco depois de ter chegado à cidade e que era sujeito a um tratamento duríssimo pelo seu dono. «[Ele] fez-me trabalhar num moinho como um cavalo», disse, «de manhã à noite, com correntes nas pernas, de 16 quilos cada uma.»

Adam terminou a sua carta com um pedido desesperado de ajuda. «Imploro-vos humildemente, ajoelhado e suspirando do fundo do coração, que se compadeçam do meu pobre e triste estado e procurem uma forma de me retirarem desta escravidão miserável.»

Os pais de Adam devem ter ficado horrorizados com aquilo que leram, mas todos os seus apelos às autoridades por ajuda caíram em ouvidos moucos. Os lordes do Conselho Privado do rei mostraram uma insensível falta de interesse pelos marinheiros escravizados, e os líderes da Igreja não podiam fazer mais do que organizar coletas para as famílias dos marinheiros capturados. Por fim, as próprias «viúvas de escravos» puseram-se em ação. Redigiram uma petição, assinada pelas «esposas aflitas de quase 2000 pobres marinheiros», e mandaram-na ao Conselho Privado. A petição lembrava aos lordes que os seus maridos capturados «estavam, há muito tempo, no cativeiro e na escravidão mais deploráveis, miseráveis e lamentáveis, em Salé». Também os informava de que eles suportavam «tormentos indescritíveis e fome através da crueldade impiedosa dos seus vários amos». A sua ausência permanente não era apenas uma fonte de desgosto, como também uma ameaça à sobrevivência das suas famílias. Muitas mulheres tinham «pobres crianças pequenas e bebés», que estavam «quase a perecer e a morrer à fome por falta de meios e de comida».

O pedido era direto e carregado de emoção. «Suplicamos humildemente a V. Ex.as, até por amor a Jesus Cristo (…), que enviem um mensageiro

adequado ao rei de Marrocos (…) para que os pobres e sofredores prisioneiros sejam resgatados.»

O que estas mulheres não sabiam era que o rei Carlos I já tinha começado a tratar do problema dos prisioneiros detidos no Norte de África. Poucos meses depois de aceder ao trono, em 1625, enviou o jovem aventureiro John Harrison numa missão secreta à infame cidade de Salé.

A viagem de Harrison era extremamente perigosa. Ele tinha de desembarcar em Marrocos sem ser capturado pelos corsários, e depois chegar a Salé incógnito, onde deveria contactar o conselho privado em funções. Foram-lhe concedidos plenos poderes para negociar a libertação de todos os escravos ingleses detidos pelos corsários da cidade. Este último ponto causara um debate muito aceso no círculo restrito dos conselheiros do rei Carlos. Sir Henry Marten, eminente advogado e deputado pela Cornualha, considerou abominável a ideia de entrar em diálogo com os Sallee Rovers, declarando sem rodeios que se tratava de «um grupo de piratas, com quem não há negociação ou aliança possível». Argumentou que Harrison deveria conferenciar apenas com o sultão de Marrocos, embora este não tivesse, na prática, qualquer influência sobre os corsários de Salé. O rei Carlos foi bastante mais pragmático. Embora tenha escrito uma longa carta ao «grande e poderoso» sultão, *mulei* Zidan, sugeriu que Harrison poderia ter mais sucesso se negociasse diretamente com os corsários que aterrorizavam as costas inglesas.

Harrison chegou secretamente a Tetuão no verão de 1625 e partiu para Salé disfarçado de penitente mouro. Homens menos valorosos poderiam ter recuado perante uma missão tão perigosa, mas Harrison estava no seu elemento. Agradava-lhe a oportunidade de se infiltrar numa das cidades mais perigosas do mundo. Ainda assim, a viagem por terra levou-o aos seus limites físicos, tendo feito «a maior parte [dela] a pé, de pernas nuas, como um peregrino». Estava um calor escaldante e Harrison sofreu devido ao ar poeirento e à constante falta de água. Mais tarde descreveria aquela travessia como «uma viagem desesperada», mas tirava um prazer perverso do facto de se deslocar sob disfarce.

Harrison não poderia ser censurado se perdesse a coragem ao chegar às grandes muralhas de Salé, cujas fileiras de canhões de bronze sugeriam a ameaça que encerravam. Tinha ordens para penetrar no âmago daquele ninho de corsários, que tinham o maior desprezo por todos os cristãos. O seu líder espiritual era o *sidi* Mohammed el-Ayyachi, um astuto *marabout*, ou homem santo, reverenciado pelos traficantes de escravos de Salé. Devoto e

politicamente hábil, tinha um magnetismo pessoal que inspirava a lealdade fanática. Era particularmente respeitado pelo seu ódio ao Cristianismo e, mais tarde, gabar-se-ia de ter causado a morte a mais de 7600 cristãos.

Harrison abandonou o seu disfarce ao chegar a Salé e tentou estabelecer contacto com o conselho privado em funções. Para sua surpresa, foi recebido com toda a cortesia. O *sidi* Mohammed convidou Harrison para visitar a sua residência e foi muito atencioso com o seu convidado, «conversando comigo com muita simpatia». Apesar de todo o seu fanatismo religioso, o *sidi* Mohammed era também pragmático. Estava disposto a libertar os seus prisioneiros ingleses se isso lhe trouxesse algum benefício, e percebeu que a missão de Harrison poderia ser usada a seu favor.

Harrison encontrou-se com o *sidi* Mohammed várias vezes durante a sua primeira semana em Salé. Depois de alguns dias de gentilezas, o *marabout* passou ao assunto a tratar. Declarou aprovar a missão de Harrison e prometeu «libertar todos os súbditos de sua majestade que se encontram cativos», incluindo aqueles que tinham sido «comprados e vendidos várias vezes». Mas esta oferta tinha um preço alto. Esperava auxílio dos ingleses para atacar os seus odiados espanhóis e exigiu uma oferta de armas pesadas, incluindo «14 canhões de bronze e as correspondentes pólvora e munições». Também perguntou se alguns dos seus canhões, que estavam «estragados e inutilizáveis», poderiam ser levados para Inglaterra a fim de serem reparados.

O instinto de Harrison impelia-o a celebrar o acordo e libertar os escravos. Mas sabia que a proposta do *sidi* Mohammed implicaria uma declaração de guerra a Espanha, o que não podia ser aceite sem o consentimento do rei. Não teve alternativa senão regressar a Londres, onde a proposta do *marabout* foi longamente discutida pelo rei e pelo seu Conselho Privado. Acabaram por concordar que era imperativo libertar os escravos ingleses, mas também decidiram tentar iludir o *marabout* marroquino. Enganaram-se deliberadamente no número de canhões que ele pedira — enviando quatro em vez de 14 — e também diminuíram a quantidade de pólvora e balas. Deram instruções a Harrison para sugerir a intenção de atacar Espanha, mas sem se comprometer formalmente.

Um Harrison exausto regressou a Salé em março de 1627 e foi sumptuosamente recebido. Apresentou os quatro canhões com a maior pompa de que foi capaz e ficou surpreendido ao ver o *sidi* Mohammed aceitá-los sem objeções. Harrison informou os corsários de que o rei Carlos I estava ansioso por atacar os espanhóis e em breve se prepararia

para a guerra. O *sidi* Mohammed ficou tão encantado que jurou libertar os escravos ingleses de imediato.

A sensação de triunfo de Harrison ficou algo diminuída quando viu os escravos. Esperara encontrar, pelo menos, 2000 prisioneiros e preocupava-o a forma de embarcar todos para Inglaterra. Afinal, foram libertados apenas 190 das masmorras subterrâneas. Harrison acusou o *sidi* Mohammed de o ter enganado, mas depressa descobriu que a maioria dos prisioneiros já não estava em Salé. Muitos tinham sido enviados para Argel — o principal entreposto de escravos europeus —, enquanto outros haviam sido adquiridos pelo sultão. Muitos mais tinham sido «levados para o interior» e vendidos a comerciantes ricos. Mas, de longe, o maior número tinha «morrido da recente peste», que devastara Marrocos em 1626 e 1627, deixando menos de 200 escravos para Harrison levar para casa.

Esses sobreviventes andrajosos eram a imagem do sofrimento humano. Mantidos em celas subterrâneas durante meses, estavam pálidos, subnutridos e enfraquecidos pela disenteria. Segundo Robert Adams, cujo testemunho é um dos poucos deste período que ainda subsistem, tinham estado presos praticamente na escuridão, obrigados a viver sobre a sua própria imundície e excrementos. A sua dieta era horrenda — «um pouco de pão duro e água» — e os alojamentos consistiam num «calabouço subterrâneo, onde se amontoam 150 ou 200 de nós, sem o conforto de qualquer luz, senão a que vem de um pequeno buraco». O próprio Adams estava num estado terrível. O seu cabelo e as roupas esfarrapadas estavam «cheios de parasitas» — piolhos e pulgas — «e, não tendo tempo para os remover (…), quase sou comido por eles». Pior ainda, «todos os dias me batiam para eu me tornar turco».

John Harrison voltou para Inglaterra com os escravos libertados no verão de 1627. Já não existem registos das histórias das experiências destes em Marrocos, e caberia a uma nova geração de cativos ingleses o relato de todo o horror da vida como escravo cristão. Mas os textos do próprio Harrison oferecem-nos um vislumbre dos tormentos diários a que estavam sujeitos. No seu livro *The Tragicall Life and Death of Muley Abdala Melek*, ele afirmou que eram comuns os espancamentos violentos e revelou que muitos dos escravos tinham sido adquiridos pelo sultão. Esses eram tratados com ainda mais brutalidade do que os detidos em Salé. «Ele fazia com que os homens fossem sovados com paus ou espancados quase até à morte na sua presença», escreveu Harrison, «[e] mandava que alguns recebessem vergastadas nas solas dos pés, após o que os fazia correr de um lado para

o outro entre pedras e espinhos». Alguns dos escravos do sultão foram arrastados por cavalos até ficarem despedaçados. Uns poucos foram mesmo desmembrados ainda vivos, «tendo os dedos das mãos e dos pés cortados pelas articulações; e também os braços e as pernas, e depois a cabeça».

Quando o sultão estava de mau humor, deleitava-se a torturar os seus escravos cristãos. «Ele obrigou alguns rapazes ingleses a tornarem-se mouros», recordou Harrison, «capando-os e fazendo deles eunucos.» Outros eram surrados e ridicularizados. Quando um escravo inglês se queixou de que nada tinha para comer além de cevada, o sultão ordenou que o saco de comida do seu cavalo fosse «pendurado ao pescoço do inglês, cheio de cevada (…), e fê-lo comer a cevada como um cavalo».

Os escravos do sultão, que Harrison não conseguiu libertar nas suas várias missões a Salé, acabaram por enviar uma petição ao rei Carlos I pedindo-lhe que «pense (…) na nossa aflição, os pobres súbditos de sua majestade, escravos do rei de Marrocos». Lembraram-lhe que estavam em cativeiro há tanto tempo que quase se tinham esquecido da sua terra natal: «Alguns há vinte anos, outros há dezasseis, outros há doze, e aquele que aqui está há menos tempo padece há sete anos na servidão mais miserável.» O rei leu a petição, mas não agiu. As tréguas com o *sidi* Mohammed estavam a ser mais ou menos cumpridas e os ataques às costas de Inglaterra tinham sido temporariamente suspensos. Preocupado com outros problemas, abandonou os escravos do sultão à sua sorte.

Mas aquela paz podre não duraria muito. Os corsários de Salé, que dependiam do tráfico de escravos para viver, pediram ao *sidi* Mohammed que cessasse as tréguas. Argumentaram que Carlos I não respeitara a sua parte do acordo, tendo enviado apenas quatro canhões, e lembraram ao *marabout* que o rei inglês mostrara uma enorme falta de interesse em atacar os espanhóis. Quando o *sidi* Mohammed compreendeu que não receberia qualquer ajuda militar, ordenou uma série de novos e espetaculares ataques à costa sul de Inglaterra. Em poucos meses, as masmorras de Salé ficaram novamente cheias de prisioneiros ingleses. Só num mês — maio de 1635 —, mais de 150 ingleses foram capturados «e oito deles circuncidados à força em Marrocos e torturados até se tornarem mouros».

Finalmente, a paciência do rei terminou. Quando soube que havia quase 1200 prisioneiros em Salé, «entre os quais 27 mulheres», jurou esmagar os traficantes de escravos de uma vez por todas. A diplomacia falhara. Agora, a única solução era a guerra.

…

NO RIGOROSO INVERNO DE 1637, UM IMPETUOSO CAPITÃO DA Marinha chamado William Rainsborough recebeu ordens para preparar uma frota de seis navios de guerra para os conduzir até ao reduto pirata de Salé. A cidade deveria ser bombardeada até ser reduzida a escombros. O capitão Rainsborough estava autorizado a usar toda a força que considerasse necessária, desde que fosse «em benefício da honra e ao serviço de sua majestade, da preservação dos seus territórios e do bem dos seus súbditos». Deveria igualmente manter-se alerta para quaisquer embarcações de corsários no mar. «Se encontrar alguns piratas ou salteadores dos mares», disse o rei, «deve fazer o seu melhor para os capturar ou afundar.»

O temperamento belicoso de Rainsborough adaptava-se perfeitamente a uma tal missão, e ele apreciou a oportunidade de destruir os corsários. Reuniu a sua frota em Tilbury, no estuário do Tamisa, e partiu em fevereiro de 1637. Chegou a Salé num mês, sem ter capturado quaisquer corsários pelo caminho. Esta desilusão foi mais do que compensada pelo momento oportuno da sua chegada. Os corsários de Salé traficantes de escravos «tinham preparado todos os seus barcos para partir para a costa de Inglaterra», e a sua gigantesca frota estava ancorada no porto.

Rainsborough ficou chocado com o número de embarcações sob o comando dos piratas. Mais de 50 estavam prontas a entrar em ação e os seus capitães preparavam-se para atacar tanto a Inglaterra como a Terra Nova. Um dos tenentes de Rainsborough, John Dunton, soube que os corsários esperavam capturar mais prisioneiros do que nunca. Foi-lhe dito que «o governador de Nova Salé deu instruções a todos os capitães (…) para se dirigirem à costa de Inglaterra (…) e irem buscar os homens, mulheres e crianças às suas camas». Rainsborough não tinha dúvidas de que eles estavam ansiosos por fazê-lo. «No ano passado, por esta altura, trouxeram 500 súbditos de sua majestade», escreveu, «e acredito que, se não tivéssemos vindo, este ano trariam muitos mais.»

A maioria dos prisioneiros do ano anterior já não estava detida em Salé. Quando Rainsborough fez perguntas discretas em terra, foi-lhe dito que tinham sido leiloados no mercado de escravos. «Tudo o que consegui saber», escreveu, «foi que muitos ingleses foram transportados para Argel e para Tunes.» Esses infelizes indivíduos tinham sido «vendidos como escravos e não restam aqui [em Salé] mais de 250». Embora estas notícias tivessem consternado Rainsborough, ficou satisfeito por saber que os corsários da cidade se tinham dividido em duas fações rivais. Um grupo era liderado pelo *sidi* Mohammed, que estava a tentar consolidar o seu domínio sobre a

república de Salé. O outro era chefiado por um rebelde chamado Abdallah ben Ali el-Kasri. Segundo Rainsborough, tratava-se de «um tipo obstinado [e] inchado com a sua sorte nos roubos». Tomara o antigo *kasbah*, onde detinha 328 ingleses e 11 mulheres «numa enorme miséria».

Rainsborough decidiu explorar as divisões da cidade. Temendo que um assalto generalizado a Salé pudesse unir as fações rivais, estabeleceu contactos com o *sidi* Mohammed e sugeriu-lhe um ataque conjunto ao *kasbah,* com o objetivo de expulsar de lá os corsários rebeldes. Isto restauraria o prestígio do *sidi* Mohammed — que Rainsborough acreditava poder ser contido — e também lhe permitiria libertar os escravos ingleses detidos por el-Kasri. Rainborough anotou, no seu diário, as vantagens de tal esquema: «É uma forma de recuperarmos os súbditos de sua majestade», escreveu, «e de impedirmos que esta cidade volte a albergar navios de guerra.» Não só beneficiaria os ingleses, como seria «uma viragem feliz para toda a cristandade».

O *sidi* Mohammed concordou com o plano de Rainsborough e libertou 17 dos seus escravos pessoais em sinal de boa vontade. Rainsborough, entretanto, preparou-se para abrir as hostilidades, aprestando a sua artilharia pesada e apontando-a para o *kasbah* no cimo da colina. O bombardeamento que se seguiu causou uma carnificina total. «Atirámos ao castelo», escreveu John Dunton, «e para dentro dele, e por cima dele, e através dele, e à cidade, e por toda a cidade, e por cima dela, e por entre os mouros, e matámos muitos deles.»

Quando o pó assentou, Rainsborough chamou um grupo de homens e mandou-os cavar um sistema de trincheiras. Isto permitiu-lhe trazer o seu pesado canhão para terra e disparar contra os barcos que pertenciam às forças rebeldes. «Os nossos homens afundaram muitos dos barcos deles», escreveu Dunton, «e alvejaram muitas das suas casas, e mataram muitos homens.» Se os relatos da batalha feitos pelos ingleses estiverem corretos, os rebeldes foram apanhados de surpresa pela precisão das armas atacantes. «Atormentámo-los de tal maneira, afundando-lhes e queimando-lhes os barcos», escreveu Rainsborough, «que ficaram completamente loucos e de cabeça perdida.» O comandante inglês estava a divertir-se imenso. Adorava derramar sangue e, quando duas caravelas de Salé abriram fogo sobre a sua frota, não lhes mostrou qualquer clemência. «Atacámo-los (…) e atirámos-lhes potes de fogo [explosivos primitivos], e queimámos três homens até à morte, e matámos imediatamente mais 15.»

Enquanto Rainsborough afundava barcos no porto, o *sidi* Mohammed

atacava o *kasbah* por terra. «Cercara-o com 20.000 homens, a cavalo e a pé», escreveu Rainsborough, «e incendiou todos os cantos.» Revelou-se mais difícil do que se esperara capturar o castelo, mas, depois de três semanas de bombardeamentos intensos os *hornacheros* rebeldes estavam esgotados. Exaustos de combater e quase sem provisões, não tiveram alternativa senão render-se.

O seu primeiro ato foi libertar os escravos ingleses. John Dunton compilou uma lista desses homens e mulheres, registando os seus nomes e os locais onde tinham sido capturados. Estas informações revelam que os ataques de Salé tinham afetado todos os cantos do reino. Embora a maioria tivesse sido levada da parte Sudoeste do país — 37 só de Plymouth —, havia prisioneiros de locais tão longínquos como Londres, Hull, Jersey e Cardiff.

A meio de agosto, William Rainsborough achou que já conseguira tudo o que podia. Os *hornacheros* rebeldes tinham sido esmagados e as suas embarcações totalmente destruídas. O prestígio do *sidi* Mohammed fora muito fortalecido e Rainsborough estava convencido de que o *marabout* podia ser impedido de atacar aldeias e barcos ingleses com ofertas ocasionais de armas e pólvora. Depois de receber garantias solenes do *sidi* Mohammed, Rainsborough partiu para Inglaterra no outono de 1637, com 230 escravos sobreviventes a bordo.

Quando chegou teve uma receção calorosa. Havia a convicção generalizada de que a ameaça de Salé tinha, finalmente, sido neutralizada e que o Sudoeste do país estava, mais uma vez, em segurança. A alegria subiu de tom quando o rei Carlos I assinou um tratado com o sultão de Marrocos. A quarta cláusula do tratado dispunha que «o rei de Marrocos proibirá e impedirá todos os seus súbditos de tomar, comprar ou receber qualquer súbdito do dito rei da Grã-Bretanha para ser usado como escravo ou servo de qualquer tipo».

Ninguém em Inglaterra parou para pensar que a sua preocupação com os escravos brancos não era acompanhada por uma compaixão semelhante pelos escravos negros que eram brutalmente retirados da Guiné, na costa oeste de África. Embora Inglaterra ainda não fosse a principal nação esclavagista da Europa — essa honra duvidosa pertencia a Portugal —, cada vez mais negros estavam a ser enviados para as suas novas colónias nas Caraíbas e na América do Norte. O sofrimento suportado por esses prisioneiros durante a viagem — a travessia do Atlântico — era verdadeiramente horrendo. Eram amontoados em embarcações insalubres e muitas vezes obrigados a deitarem-se num espaço mais pequeno do que um caixão. Não

havia condições sanitárias nem comida fresca, e a disenteria e as febres eram frequentes. Os marinheiros diziam que o cheiro de um navio de escravos se sentia a mais de um quilómetro e meio no mar.

As notícias deste tráfico, que acabaria por levar à captura e venda de cerca de 15 milhões de africanos, incomodavam poucas consciências em Inglaterra. Era visto como totalmente diferente da captura e venda de homens e mulheres do seu país. Na verdade, a maioria via a escravatura dos africanos negros como um ramo legítimo e altamente lucrativo do crescente comércio internacional de Inglaterra. Passaria mais de um século até que as pessoas começassem a estabelecer paralelos entre os dois tráficos e a questionar se o tráfico de escravos negros seria ou não moralmente justificável.

A atitude de Carlos I não era diferente da dos seus súbditos. Indiferente às provações dos escravos negros de África, abominava o tráfico de escravos brancos e celebrou o regresso de William Rainsborough com grande alegria. Mas o rei depressa descobriu que as tréguas que tinha assinado com o sultão marroquino só durariam alguns meses. Quando não conseguiu impedir os comerciantes ingleses de negociar com os rebeldes marroquinos, o sultão rasgou o tratado de paz. Também os Sallee Rovers arranjaram motivos para recomeçar os seus ataques a navios ingleses. Em 1643 já tinham sido capturados tantos novos escravos que o parlamento foi obrigado a ordenar às igrejas que recolhessem dinheiro para comprar novamente os escravos aos seus captores. «Assim, considera-se conveniente, e é, portanto, ordenado pelas câmaras dos Lordes e dos Comuns do parlamento, que sejam feitas coletas em várias igrejas na cidade de Londres e em Westminster, e na vila de Southwark.»

Resgatar escravos era caro, pois os mercados estendiam-se ao longo de toda a costa do Norte de África. Na década de 1640, pelo menos 3000 homens e mulheres ingleses tinham sido levados para a Barbária, onde definhavam «num cativeiro miserável, obrigados a desempenhar diversas funções insuportáveis, como remar em galés, puxar carroças, trabalhar em moinhos e muitos outros trabalhos indignos de cristãos, demasiado lamentáveis para serem descritos».

A crise atingia o seu auge no porto marroquino de Salé e nas cidades de Argel, Tunes e Trípoli, governadas pela Turquia. Estas três cidades marítimas estavam, nominalmente, sob o domínio do sultão otomano, mas o poder real era, muitas vezes, exercido por almirantes locais e capitães da Marinha traficantes de escravos, que vendiam os seus prisioneiros europeus a mercadores e negociantes de todo o mundo islâmico. Escravos

brancos, que trocavam continuamente de mãos, não tardavam a ser encontrados não só nas grandes cidades de Alexandria, Cairo e Istambul, como também em dezenas de cidades mais pequenas e portos. Alguns eram até escravizados na remota península arábica. Num infame incidente ocorrido em 1610, Sir Henry Middleton e a sua tripulação tiveram o azar de serem capturados em Aden e levados, acorrentados, para a cidade interior de Sana'a. Foi necessário uma ação militar concertada para, finalmente, se conseguir libertá-los.

Em 1646, um mercador chamado Edmund Cason foi enviado pelo parlamento a Argel para recomprar o maior número possível de escravos ingleses. Uma busca inicial localizou cerca de 750, embora se dissesse que muitos mais se tinham «tornado turcos em consequência de sovas e de maus-tratos». Cason negociou muito e durante muito tempo, mas foi obrigado a pagar um preço médio de 38 libras por escravo. As prisioneiras femininas eram muito mais caras. Cason pagou 800 libras por Sarah Ripley, de Londres, e 1100 por Alice Hayes, de Edimburgo, enquanto Mary Bruster, de Youghal, custou umas astronómicas 1392 libras — mais de 36 vezes a média. Eram grandes quantias — o rendimento anual médio de um lojista londrino era apenas de 10 libras, e mesmo comerciantes ricos tinham sorte se ganhassem mais de 40 libras num ano. O custo de resgatar cada escrava feminina era mais do que a maioria dos londrinos ganharia na vida inteira. Isto ajuda a explicar porque estavam os corsários da Barbária mais interessados nas tripulações dos navios do que nas respetivas cargas.

Os fundos de Cason depressa se esgotaram e ele voltou a Inglaterra com apenas 244 prisioneiros libertados. Os que foram deixados em Argel temeram ter sido abandonados ao seu destino e enviaram cartas angustiadas aos seus entes queridos. «Ah!, pai, irmão, amigos e conhecidos», escreveu Thomas Sweet, «usem meios expeditos para nos recuperar.» Declarava que «os nossos suspiros chegarão aos vossos ouvidos e causarão piedade e compaixão», e terminava a sua carta com um pedido: «Não nos neguem as vossas orações, se não puderem fazer mais nada.»

Por essa altura, os corsários da Barbária já tinham estendido os seus ataques a toda a Europa, atingindo barcos de países tão longínquos como a Noruega e a Terra Nova. Os portugueses e os franceses sofreram numerosos ataques-relâmpago às suas costas e aos seus navios. Também as cidades-estado italianas eram repetidamente atacadas, e as costas da Calábria, de Nápoles e da Toscana eram vítimas de golpes especialmente agressivos. Os russos e os gregos também foram escravizados, juntamente com nobres

e mercadores de diversas partes do Sacro Império Romano-Germânico. As ilhas de Maiorca, Menorca, Sicília, Sardenha e Córsega renderam colheitas particularmente ricas aos traficantes de escravos, enquanto os cidadãos de Gibraltar eram escolhidos com tanta frequência que escreveram uma petição desesperada ao rei de Espanha, na qual se queixavam de nunca se sentirem seguros, «nem à noite nem durante o dia, nem na cama nem às refeições, nem nos campos nem nas nossas casas».

Espanha sofreu os ataques mais devastadores, e os habitantes de aldeias inteiras da costa atlântica foram vendidos como escravos. A situação era ainda mais crítica na costa mediterrânica de Espanha. Quando a cidade de Calpe foi atacada, em 1637, os corsários partiram com nada menos do que 315 mulheres e crianças. Depressa a vida nas aldeias costeiras espanholas se tornou tão perigosa que novos impostos tiveram de ser cobrados sobre o peixe, a carne, o gado e a seda para pagar a construção de defesas marítimas. Mas estas revelaram-se praticamente inúteis. Em 1667, uma das províncias bascas perdera tantos marinheiros para os corsários que já não conseguia preencher a sua quota de recrutamento real de marinheiros.

Os corsários da Barbária escolhiam as suas vítimas indiscriminadamente, capturando até mercadores e marinheiros das colónias da América do Norte. Em 1645, um navio de 14 armas do Massachusetts foi a primeira embarcação colonial americana a ser atacada por um barco-pirata islâmico. A tripulação conseguiu repelir o assalto, mas muitos outros marinheiros não tiveram tanta sorte. Na década de 1660, um fluxo contínuo de americanos eram capturados e escravizado no Norte de África. O maior golpe dos corsários foi a captura de Seth Southwell, recém-nomeado governador da Carolina pelo rei Carlos II. Foi um feliz acaso para o rei que um dos seus almirantes tivesse, recentemente, detido dois corsários islâmicos bastante influentes, que foram libertados em troca de Southwell.

Os Sallee Rovers continuaram a assaltar os navios ingleses, apesar dos tratados que haviam assinado. Na segunda metade do século XVII, os pescadores do Sudoeste de Inglaterra já não sabiam o que fazer. Praticamente todos os portos costeiros tinham sido atingidos de alguma forma pelo tráfico de escravos brancos, e parecia não haver esperança de pôr um fim à crise.

Em 1672 surgiu, finalmente, uma boa notícia: o sultão em funções morrera e parecia certo que Marrocos mergulharia na guerra civil. Esperava-se que, no caos que se seguiria, as nações da Europa cristã pudessem, por fim, acabar com o tráfico de escravos brancos.